

## **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2004**

**(Do Deputado Dr. Rosinha)**

Solicita informações ao Sr. Ministro Advogado-Geral da União, sobre o quadro de pessoal da Advocacia Geral da União e órgãos vinculados.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal e nos artigos 115 e 116 do Regimento Interno, solicito à V. Exª seja encaminhado ao Senhor Ministro Advogado-Geral da União o seguinte pedido de informação:

- 1) Quantos membros da carreira de Advogado da União, ativos e inativos, ingressaram na AGU por concurso público; qual o montante dos salários pagos a esses advogados. Forneça os nomes, em ordem alfabética, indicando a respectiva remuneração;
- 2) Quantos Advogados da União ingressaram por concurso público específico para a carreira de Advogado da União? Fornecer relação nominal e data de admissão, indicando o concurso pelo qual foram admitidos;
- 3) Quantos membros da carreira de Advogado da União, ativos e inativos, ingressaram na AGU por transposição, prevista nos artigos 19 e 19-A, da lei 9.028/95; qual o montante da remuneração paga a esses servidores; discriminando essas informações de forma global e também nominal, em ordem alfabética;
- 4) Quanto aos ex-assistentes jurídicos da União, transpostos para a carreira de assistente jurídico da AGU, posteriormente transformados em Advogados da União, beneficiados pelos artigos 19 e 19-A, da Lei 9.028/95 e pelo artigo 11, da medida provisória 43/2002, posteriormente convertida na lei 10.549/2002, quais os cargos ocupados anteriormente ao ingresso desses profissionais na AGU e quais eram,

precisamente, suas respectivas atribuições. Quantos desses servidores foram investidos nos cargos anteriormente ocupados por meio de progressão funcional ou outro instrumento legal de investidura? Quantos foram investidos por meio de concurso público? Relacionar nominalmente os dados solicitados, em ordem alfabética;

- 5) Quantos servidores, ativos e inativos, ingressaram na carreira de Procurador Federal, instituída pela medida provisória 2.048/2000 (atual MP n. 2.229-43/2001), por concurso público específico para essa carreira; qual o montante dos salários pagos a esses servidores, seus nomes e respectiva remuneração. Relacionar nominalmente os dados solicitados, em ordem alfabética;
- 6) Quantos servidores, ativos e inativos, foram transpostos para a carreira de procurador federal, por força do artigo 40, da MP 2.048/2000 e seu anexo VI (atual MP 2.229-43/2001); quais os seus nomes, cargos e funções ocupados anteriormente à referida transposição e quais os cargos e funções que desempenham atualmente. Relacionar nominalmente os dados solicitados, em ordem alfabética;
- 7) Quanto aos servidores mencionados no quesito anterior, quais os cargos ocupados anteriormente e quais eram, precisamente, suas respectivas atribuições. Quantos desses servidores foram investidos nos cargos anteriormente ocupados por meio de progressão funcional ou outro instrumento legal para investidura? Quantos foram investidos por meio de concurso público? Qual foi o acréscimo remuneratório decorrente das referidas transposições? Qual foi o impacto orçamentário decorrente dessas transposições? Indicar o nome dos beneficiários em ordem alfabética;
- 8) Qual o impacto, na folha de pagamento da União, decorrente da transposição dos procuradores federais, ativos e inativos, para os quadros da Procuradoria-Geral Federal?
- 9) Qual o impacto financeiro/orçamentário acarretado pela transposição efetuada com fundamento no artigo 40, da MP 2.048/2000?
- 10) Qual o impacto financeiro/orçamentário decorrente da inclusão da carreira de procurador federal na tabela XI, anexa à medida provisória 2.048/2000? Qual era a remuneração percebida por

esses servidores antes da transposição ocorrida por força da medida provisória 2.048/2000, atual MP 2.229-43/2001? Qual o total de inativos que integram a carreira de procurador federal? Qual foi a remuneração que os integrantes da carreira de procurador federal passaram a receber, após a inclusão dessa carreira na tabela XI, anexa à medida provisória 2.048, atual MP 2.229-43/2001? Fornecer esses dado em relação nominal, individualizada, e em ordem alfabética;

- 11) Qual o volume de processos envolvendo a administração direta e qual o volume de processos envolvendo a administração indireta (fundações e autarquias públicas), nos últimos cinco anos? Quantos dos processos da administração indireta (autarquias e fundações) encontram-se a cargo da Procuradoria Federal Especializada em matéria previdenciária (INSS), desde a sua criação? Qual o volume de processos da Procuradoria-Geral Federal desde a sua criação? Qual o volume de processos da Procuradoria-Geral da União no mesmo período? Quantos Procuradores Federais encontram-se lotados na Procuradoria-Geral Federal? Quantos Advogados da União encontram-se lotados na Procuradoria-Geral da União? Quantos procuradores federais encontram-se em exercício no Gabinete do Advogado-Geral da União? Indicar nominalmente e em ordem alfabética as relações acima solicitadas;
- 12) Quantos e quem são os servidores que compõem o quadro suplementar em extinção, previsto no artigo 46, da MP 2.229-43/2001; qual a remuneração percebida por esses servidores? Qual a remuneração percebida por esses servidores antes de integrarem o quadro em extinção? Qual foi o impacto financeiro/orçamentário para a AGU, acarretada pela criação desse quadro suplementar?
- 13) Quantos servidores requereram enquadramento na carreira de procurador federal, por força do artigo 69, parágrafo 2º, da MP 2.229-43/2001? Quais os cargos anteriormente ocupados? Qual a remuneração anteriormente percebida e qual a remuneração que passaram a receber, após exercida a opção? Quantos desses servidores foram investidos nos cargos anteriormente ocupados por meio de progressão funcional ou outro instrumento legal de investidura? Quantos foram investidos por meio de concurso público? Relacionar nominalmente os dados solicitados, em ordem alfabética, individualizando os servidores.

### ***JUSTIFICATIVA***

A Advocacia Geral da União é instituição da mais alta importância para a defesa da cidadania brasileira, pois desempenha a função de zelar pelo bem público e, assim, preservar o bolso do contribuinte. Nesse sentido, é imperioso que o Congresso Brasileiro tenha acesso a informações sobre a estruturação desse órgão para garantir o desempenho eficiente de suas atribuições constitucionais. Do mesmo modo é necessário esclarecer ainda como está ocorrendo a estruturação da Procuradoria-Geral Federal, órgão vinculado à AGU.

Sala das Sessões, em de de 2004.

Deputado **DR. ROSINHA**